

* 4 MAR 1997

~~JORNAL DE BRASÍLIA~~

Opinião

Prioridade para a Educação

Einaceitável a situação das escolas públicas no Distrito Federal. Depois de um ano em que greves intermináveis provocaram prejuízos difícilmente mensuráveis aos estudantes, o ano letivo abre-se em 97 sem professores em número suficiente. Estão em situação crítica todas as escolas públicas do DF. Uma das mais conceituadas delas, o Centro Educacional do Setor Leste, por exemplo, reduziu o turno de aulas de 5h15 para 3h20.

Asolução existe, segundo as autoridades de ensino, e se expressa pelo Concurso de Remoção para 2.200 professores e a contratação de outros 2.100 já concursados. O que promete-se fazer ao longo desta semana.

Edifícil, contudo, encontrar uma resposta plausível para o fato de estas providências não terem sido adota-

das antes de iniciado o ano letivo. Mais estranheza ainda causa o fato de que tanto o governador Cristovam Buarque quanto o secretário de Educação, Antônio Ibañez, serem professores e ex-reitores de uma das mais conceituadas universidades brasileiras, a UnB. A educação pública, supõe-se, deveria ser uma das prioridades da atual administração na capital da República. Os fatos, no entanto, indicam que não é assim.

Não pode haver desculpas ou pretextos que justifiquem a situação. Trata-se de desrespeito aos pais que pagam seus impostos e aos alunos que, desestimulados, têm deixado de comparecer às escolas em preocupante proporção.

Que o desastroso início do ano letivo de 1997 sirva como lição definitiva aos governantes e aos

professores. Aos primeiros cabem iniciativas não extemporâneas, como tem ocorrido, no sentido de assegurar a cada aluno o volume e a qualidade das horas-aula a que têm direito. Aos professores cabe abrir mão do sentido corporativista, tão contaminado pela política mais rasteira, que tantas vezes vem norteando seus movimentos reivindicatórios.

Finalmente, cabe abordar o aspecto da segurança, que em muitas escolas é precária a ponto de impedir o acesso dos estudantes às suas salas de aula. Se o Distrito Federal e o Brasil não forem capazes de assegurar condições mínimas de assiduidade, qualidade e segurança na rede pública de ensino, pouco haverá o que se esperar do País no futuro.